



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

CONCURSO PUBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

Programa de Concurso

Artigo 1º

Identificação e objecto do concurso

1 - O presente procedimento registado sob o nº 119/2017 denominado "Concurso Público com publicação no JOUE para Aquisição de Serviços para Contratação de Apólices de Seguros", tem por objecto a aquisição de serviços na área de seguros para o Município de Condeixa-a-Nova, a efectuar em conformidade com as cláusulas técnicas constantes do caderno de encargos e das demais peças do processo.

2 – De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) nº 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) nº 213/2008, de 28 de Novembro de 2007, o objetivo do presente procedimento tem a seguinte classificação: **66510000-8/ serviços de seguros**.

Artigo 2º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Condeixa-a-Nova, pessoa colectiva nº 501 275 380 sita no Largo Artur Barreto, 3150-124 Condeixa-a-Nova, com o nº de telefone (00351) 239 949 120 e de fax (00351) 239 945 445, com Endereço electrónico: geral@cm-condeixa.pt, sitio: www.cm-condeixa.pt.

Artigo 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em **22/12/2017**, por deliberação da Câmara Municipal, no uso das suas competências, atribuídas nos termos da al. b) do nº 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o artigo 36º e artigo 38º e de acordo com o que dispõe a al. b) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redacção, adiante designado por "CCP".

Artigo 4º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

1. As peças do procedimento (Programa de Concurso e Caderno de Encargos) estão disponíveis na Plataforma eletrónica em uso nesta Câmara Municipal, dedicada aos contratos públicos da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.
2. O Programa de Concurso e Caderno de Encargos e demais peças do procedimento estarão ainda disponíveis, a título meramente consultivo, no sítio da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, em www.cm-condeixa.pt; na caixa temática "Aquisição de Bens e Serviços".

Artigo 5º

Esclarecimentos e rectificações

- 1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo Júri.
- 2 - Os pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, devem ser solicitados durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, por escrito, através da plataforma eletrónica em uso na Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.
- 3- Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica em uso na Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.
- 4- Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à Entidade Adjudicante, através da plataforma eletrónica em uso na Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados.
- 5- Dos esclarecimentos prestados e das rectificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia das peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados que procederam ao levantamento do processo de concurso e publicitado na plataforma eletrónica em uso na Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, de acordo com o artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6º

Admissão dos concorrentes

- 1 - Podem apresentar propostas ao presente Concurso as empresas de seguros, isto é, as entidades seguradoras legalmente constituídas e autorizadas a explorar os ramos de seguro objeto do presente concurso, nos termos do Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2009 de 5 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 17/2009, de 3 de março e sua regulamentação e Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

359/2007, de 2 de Novembro e pela Lei nº 46/2011, de 24 de Junho, registados no Instituto de Seguros de Portugal, desde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e estejam técnica e economicamente habilitadas à prestação dos serviços a adjudicar.

Artigo 7º

Documentos que constituem a proposta

1- A proposta será instruída obrigatoriamente com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do Código dos Contratos Públicos;
- b) Proposta de preço;
- c) Certidão do Registo Comercial;
- d) Condições Gerais e Especiais aplicáveis aos seguros a contratar.
- e) Declaração, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, comprovativa de que é titular das autorizações para o exercício da actividade seguradora nos ramos de seguro a concurso e para os quais apresenta proposta;
- f) Documento Europeu Único de Contratação Pública, conforme ficheiro disponibilizado na plataforma em uso nesta Câmara Municipal, junto às peças do procedimento (este ficheiro deve ser descarregado para o PC do concorrente e de seguida aceder ao endereço <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> e seleccionar as opções "sou um operador económico", "importar um DEUCP" e "escolher ficheiro", seleccionando o ficheiro anteriormente guardado no PC);

2 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa de concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das actividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

3 – Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, de acordo com o artigo 54º da Lei nº 56/2015, de 17 de agosto.

Artigo 8º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos do artigo 59º do CCP.

**MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA****Artigo 9º****Prazo de apresentação das propostas**

As propostas, bem como os documentos que a acompanham devem ser apresentadas até às **17:00** horas do **47º** dia (dias seguidos) a contar da data do envio do anúncio, para publicação, no diário da República e no JOUE, devendo a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 10º**Modo de apresentação das propostas**

- 1.- Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada por este município, referida no ponto 1 do art.º 4.
- 2.- A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3.- O modo de apresentação das propostas rege-se de acordo com o estipulado no art.º 62º do CCP.
- 4.- Os documentos que constituem a proposta têm que ser redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11º**Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de **90** dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 12º**Abertura de propostas**

A abertura de propostas terá lugar no primeiro (1º) dia útil imediato à data limite para a entrega das propostas, procedendo o Júri à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada por esta Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova.

Artigo 13º**Documentos de habilitação**

- 1- O adjudicatário deve entregar no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação:



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

a) Os documentos de habilitação referidos no nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos de acordo como o **Anexo II** que faz parte integrante do presente Programa de Concurso;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do mesmo diploma legal sem prejuízo da possibilidade de aplicação do disposto no nº 2 do Artigo 83º;

c) Certidão actualizada da Conservatória do Registo Comercial com a identificação dos poderes de gerência e respectivo modo do seu exercício.

2- Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou observar o que dispõem o nº 2 do art. 82º do CCP.

Artigo 14º

Critério de adjudicação

1 - A adjudicação será feita por Lote segundo o critério do mais baixo preço, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 74º do CCP, na sua actual redacção.

2 – Em caso de empate no preço apresentado, é adjudicada a proposta seleccionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata e assinada por todos os presentes.

Artigo 15º

Modo de prestação da caução

1- O adjudicatário deverá apresentar caução no montante de 5% do valor contratual.

2 - A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada:

2.1. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem do Município de Condeixa-a-Nova, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos III e IV** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.

Artigo 16º

Preço anormalmente baixo



MUNICÍPIO DE CONDEIXA-A-NOVA

O preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos quando o valor for inferior a 50% do preço base.


Artigo 17º

Legislação aplicável

Para todas as matérias não expressamente reguladas relativas ao presente concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

O Presidente da Câmara


Nuno Moita da Costa

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO I (CCP)		

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º, alterado pelo artigo 3º do DL 149/2012, de 12 de julho]

- 1- (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(ver nota 1)**, (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(ver nota 2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(ver nota 3)**:
 - a)
 - b)
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional **(ver nota 4)** ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional **(ver nota 5 e 6)**;
 - c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional **(ver nota 7)** ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional **(ver nota 8 e 9)**;

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO I (CCP)		

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal **(ver nota 10)**;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal **(ver nota 11)**;

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de Maio, e no nº 1 do artigo 460º do presente Código; **(ver nota 12)**;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 562º do Código do Trabalho **(ver nota 13)**

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal **(ver nota 14)**;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes **(ver nota 15)** ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes **(ver nota 16 e 17)**:


i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do artigo 3º da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO I (CCP)		

- 5** - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6** - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do nº 4 desta declaração.
- 7** - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... (assinatura) **(ver nota 18)**

(nota 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(nota 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(nota 3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do nº 1 e nos nº2 e 3 do artigo 57º

(nota 4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação

(nota 5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(nota 6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(nota 7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.


(nota 8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(nota 9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(nota 10) Declarar consoante a situação.

(nota 11) Declarar consoante a situação.

(nota 12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO I (CCP)		

(nota 13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.


(nota 14) Declarar consoante a situação.

(nota15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(nota 16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(nota 17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(nota 18) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO II (CCP)		

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, alterado pelo artigo 3º do DL 149/2012 de 12 de Julho]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(ver nota 1)** (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(ver nota 2)** :

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;


b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional **(ver nota 3)** [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional **(ver nota 4 e 5)**];

c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei 19/2012, de 08 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos **(ver nota 6)** ;

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho **(ver nota 7)**;

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) **(ver nota 8)**;

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO II (CCP)		

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(ver nota 9)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(ver nota 10)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura **(ver nota 11)**].

(nota 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(nota 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(nota 3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(nota 4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(nota 5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(nota 6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.


(nota 7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(nota 8) Declarar consoante a situação.

(nota 9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(nota 10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(nota 11) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO III (CCP)		

Modelo de Guia de Depósito


[a que se refere o nº 3 do artigo 90º]

Euros _____ **€**

Vai _____, residente (ou com sede) em _____, depositar na (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ (nome da instituição) a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem do _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

Data

Assinatura do(s) representante(s) legal(s)

 CONDEIXA	SECTOR DE APROVISIONAMENTO	ANO 2017
ANEXO IV (CCP)		

Modelo de Garantia Bancária/Seguro de Caução

[a que se refere o n.ºs 6 e 8/7 e 8 do artigo 90º]

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ **1**, vem o(a) _____ **2**, pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Condeixa-a-Nova, uma garantia bancária/seguro-caução **3**, até ao montante de **4**, destinada/o caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação de **5** nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do valor contratual da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros **6** garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data

Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)

- 1 - Identificação completa do adjudicatário
- 2 - Identificação completa da instituição garante.
- 3 - Eliminar o não interessar.
- 4 - Indicar o valor por extenso.
- 5 - Indicar o objecto da adjudicação.
- 6 - Eliminar o que não interessar.